

Guia do Acervo do Memorial

2016

Memorial da Justiça do Trabalho no RS

Guia do Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no RS

Porto Alegre
2016

MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
NO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO COORDENADORA

Titulares

Desembargadora Denise Maria de Barros
Desembargador João Paulo Lucena
Juíza Anita Job Lübbe

Suplentes

Desembargadora Maria Guilhermina Miranda
Juiz Arthur Peixoto San Martin
Juiz Manuel Cid Jardon

COORDENADOR

Servidor Mauricio Oliveira Agliardi

SERVIDORES

Antonio Francisco Ransolin
Fernando Estanislau Bressani Allgayer
Kátia Teixeira Kneipp
Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Organização: Fernando Estanislau Bressani Allgayer
Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Projeto Gráfico e Diagramação: Lara G. M. Borges Fortes

Imagens: Inácio do Canto Rocha Filho (*Secretaria de
Comunicação Social*)
Kátia Teixeira Kneipp
Lara G. M. Borges Fortes
iStockPhoto.com

Revisão: Mauricio Oliveira Agliardi

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
CNPJ 02.520.619/0001-52 <http://www.trt4.jus.br/>
Av. Praia de Belas, 1100 – Bairro Praia de Belas
CEP 90.110-903 - PORTO ALEGRE – RS
PABX (51) 3255.2000

Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul
<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial>
Rua General João Telles, nº 369 – 2º Andar – Bairro Bom Fim
Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3314.2310
memorial@trt4.jus.br

B823g

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul

Guia do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no RS [recurso eletrônico] / Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul -- Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2016.

Texto eletrônico

Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, arquivo do TRT 4ª.Região.

ISBN: 978-85-62873-07-2

1. Guia do Acervo. 2. História 3. Processo do Trabalho 4. Fundo Documental 5. Justiça do Trabalho 6. Rio Grande do Sul I. Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. II. Título.

Bibliotecárias Responsáveis:

Adriana Godoy da Silveira Sarmento CRB 10/1165
Carla Flores Torres CRB 10/1600

347.998.7:331(036)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 4ª REGIÃO

ADMINISTRAÇÃO

Gestão 2015/2017

Beatriz Renck
Presidente

João Pedro Silvestrin
Vice-Presidente

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional

Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Vice-Corregedor Regional

SUMÁRIO

A Justiça do Trabalho	6	Coleção de Documentos Administrativos	22
O Memorial da Justiça do Trabalho no RS	7	Comunicação Social	23
Introdução ao Guia do Acervo	8	Recursos Humanos	23
Fundo TRT	9	Contabilidade	24
Coleção de Processos Trabalhistas	10	Coleção SNI	25
Bagé	12	Coleção de Carteiras de Trabalho e	
Canoas	12	Carteiras Profissionais	26
Cachoeira do Sul	12	Coleção Fotográfica	27
Caxias do Sul	13	Coleção Audiovisual	28
Guaíba	13	Audiovisuais da Comunicação Social	28
Lajeado	13	Registros de Memória Oral	29
Montenegro	14	Gravações das Sessões do Tribunal	
Novo Hamburgo	14	Pleno e do Órgão Especial	30
Osório	15	Coleção Museológica	31
Passo Fundo	15	Coleção Bibliográfica	32
Pelotas	15	Fundo João Antônio Guilhembernard	
Porto Alegre	16	Pereira Leite	33
Rio Grande	17	Fundo Carlos Alberto Barata Silva	34
Santa Maria	17	Fundo Magda Barros Biavaschi	35
Santana do Livramento	18	Fundo Biblioteca Milton Dutra	36
São Jerônimo	18	Memória do Mundo Unesco	37
São Leopoldo	19	Memórias Reveladas	38
Tribunal	19	Publicações do Memorial	39
Coleção de Acórdãos	21	Acesso à pesquisa	40
		Siglas	41
		Cronologia	42

A Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho foi oficialmente instalada em 1º de maio de 1941, em ato público realizado pelo Presidente da República Getúlio Vargas, no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, então Capital Federal. O evento ocorreu durante as festividades do Dia Internacional do Trabalhador.

Vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Justiça do Trabalho era composta pelo Conselho Nacional do Trabalho, com sede no Rio de Janeiro, pelos Conselhos Regionais do Trabalho – CRTs (segundo grau) e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento – JCs (primeiro grau).

O Rio Grande do Sul ficou sob a jurisdição do Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua General Câmara, nº 261, Centro, o qual jurisdicionava, também, o estado de Santa Catarina. Concomitantemente à instalação do CRT da 4ª Região, foram criadas duas JCs em Porto Alegre/RS e uma em Florianópolis/SC.

O CRT da 4ª Região era composto por um Presidente e por quatro vogais: um representante dos empregados, um representante dos empregadores e dois alheios aos interesses profissionais. As JCs eram compostas por um Presidente e dois Vogais: um representante dos empregados e outro dos empregadores. Na data de sua criação, a Justiça do Trabalho passou a contar com 13 servidores.

A solenidade de instalação da Justiça do Trabalho na 4ª região ocorreu também no dia 1º de maio, iniciando às 16h, e contou com a presença do Interventor Federal no Estado (equivalente a Governador), Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, do Arcebispo do Rio Grande do Sul,

Dom João Becker, além de outras autoridades, representantes sindicais, funcionários públicos, advogados e outros convidados. O evento foi presidido pelo primeiro Presidente do CRT da 4ª Região, Juiz Djalma de Castilho Maya.

A Justiça do Trabalho ficou vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, órgão do Poder Executivo, até a Constituição Federal de 1946, quando passou a integrar o Poder Judiciário. As JCs mantiveram sua denominação, mas os Conselhos Regionais do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho passaram a ser denominados Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente.

Em 1º de setembro de 1976, o TRT da 4ª Região passou a abranger apenas o estado do Rio Grande do Sul, pois o estado de Santa Catarina passou a ser jurisdicionado pelo TRT da 9ª Região, criado pela Lei nº 6.241/1975, com sede em Curitiba/PR. Em 1999, foram extintos os cargos de juiz classista, representantes de empregados e de empregadores, pela Emenda Constitucional nº 24, transformando as JCs em Varas do Trabalho, compostas apenas por um Juiz Titular.

Atualmente, o Rio Grande do Sul possui 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados da Justiça do Trabalho, distribuídos em 65 municípios, com jurisdição sobre todo o estado. A Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul é composta, no segundo grau de jurisdição, por 48 Desembargadores do Trabalho e, no primeiro grau de jurisdição, por 132 Juízes Titulares de Varas do Trabalho e 115 Juízes do Trabalho Substitutos.

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS foi criado pela Resolução Administrativa nº 22/2003 e teve seu funcionamento regulamentado pela Resolução Administrativa nº 05/2006, ambas do TRT da 4ª Região. É constituído por uma Comissão Coordenadora, um Coordenador e uma equipe de servidores.

Os objetivos do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul são:

1. Preservar, organizar e disponibilizar ao público a documentação produzida pela Justiça do Trabalho na 4ª Região.
2. Desenvolver atividades como eventos científicos, exposições e publicações que promovam a reflexão sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho e das relações de trabalho no Brasil
3. Promover pesquisas relativas aos seguintes temas:
 - a. História da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul;
 - b. Justiça, direitos, relações de trabalho e de emprego;
 - c. Memória(s) e patrimônio da Justiça do Trabalho.
4. Atender a pesquisadores interessados na documentação de caráter histórico produzida pelo TRT da 4ª Região.

5. Desenvolver atividades de capacitação de magistrados e servidores do TRT da 4ª Região sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho e das relações de trabalho no Brasil, e sobre temas ligados à preservação documental e à construção da memória institucional.

6. Participar das políticas de gestão documental no âmbito do TRT4 e no âmbito nacional por meio do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra.

7. Prestar informações sobre a história da Justiça do Trabalho a toda a comunidade.

Grampeador metálico cromado da marca Vail Manufacturing Company, modelo Monarch, fabricado em Chicago/EUA.

Foto: Memorial do TRT-RS

Introdução ao Guia do Acervo

O acervo histórico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é patrimônio público e está sob a guarda do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, localizado na Rua General João Telles, nº 369, em Porto Alegre/RS. Constitui-se de processos trabalhistas, acórdãos, documentos administrativos, fotografias, objetos, entrevistas filmadas, entrevistas gravadas em áudio, vídeos, livros, mobiliário, obras de arte, entre outros. Além dos documentos gerados pela Justiça do Trabalho gaúcha, há alguns documentos no acervo provenientes de fundos de origem privada, isto é, coleções particulares, em geral de propriedade de magistrados e servidores que atuaram ou atuam na Justiça do Trabalho, ou, ainda, documentos independentes doados em separado ao Memorial. Essa documentação integra e complementa a documentação institucional abrigada no Memorial, por versar especialmente sobre as relações de trabalho, o Direito e a Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Os documentos gerados pelo Poder Judiciário, em sua maior parte fundamentais para o exercício da prestação jurisdicional, em especial para a constituição da prova, são também essenciais para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Eles têm sido cada vez mais utilizados como fonte de pesquisa em estudos acadêmicos nas últimas décadas. Estudantes e pesquisadores das áreas de História, Direito, Economia, Sociologia, entre outras, têm produzido conteúdos que ajudam a construir a história da Justiça do Trabalho, colaborando, assim, para a compreensão da importância e do lugar que esta Instituição ocupa.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ciente disso,

procura preservar sua documentação para as futuras gerações e a disponibiliza, por meio de seu Memorial, aos pesquisadores interessados.


Decorridos 13 anos da criação do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, com o aumento do número de pesquisas em seu acervo, fundamentais para dissertações de mestrado e teses de doutorado, evidenciou-se a necessidade de um instrumento de acesso mais rápido à composição do acervo do Memorial. Assim, surge o presente guia do acervo como uma forma de divulgar a documentação disponível para pesquisa, por meio do qual pesquisadores poderão ter as primeiras informações a respeito do corpo documental existente no Memorial do TRT-RS, possibilitando a avaliação da relevância desse acervo para sua pesquisa.

Detalhe do ventilador da marca Orbit, produzido em Birmingham, na Inglaterra, possivelmente na década de 1930, e adquirido pelo TRT-RS na década de 1960.

Foto: Memorial do TRT-RS

Fundo TRT

O Fundo TRT é composto pela documentação gerada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região repassada à guarda do Memorial. Ele está subdividido em coleções, que expressam as finalidades da documentação, estando elas enquadradas na área-fim (diretamente ligadas a prestação jurisdicional) ou na área meio (referente as atividades administrativas).



Autos de Reclamatória Trabalhista em processo de higienização
Foto: Memorial do TRT-RS

Coleção de Processos Trabalhistas

As ações trabalhistas consagram conflitos de interesse entre o capital e o trabalho no campo das relações sociais. Em linhas gerais, dividem-se em dois tipos principais: dissídios individuais, que versam sobre interesses particulares, e dissídios coletivos, que versam sobre interesses de uma coletividade profissional. Estudá-las possibilita uma melhor compreensão do cotidiano dos ambientes de trabalho das mais variadas atividades laborais e suas especificidades, além das condições de trabalho, dos relacionamentos interpessoais e da massa dos trabalhadores, muitas vezes invisível em outros documentos. Trazem em si a evolução do Direito do Trabalho, as conquistas dos trabalhadores, as alterações na legislação, muitas vezes gerada pelos próprios processos trabalhistas. Elas vêm sendo ajuizadas desde a década de 1930 (instalação das primeiras JCs, antes do surgimento da Justiça do Trabalho) até a atualidade.

O acervo histórico do TRT da 4ª Região possui uma coleção com aproximadamente 394.000 processos trabalhistas disponíveis para a pesquisa. Esses processos estão localizados no Memorial da Justiça do Trabalho, no Centro Regional de Memória de Santa Maria e nas Universidades conveniadas, que auxiliam na descentralização do acervo, com o objetivo de fomentar as pesquisas locais. Em sua grande maioria, os processos disponíveis para a pesquisa estão em suporte¹ textual, havendo, ainda processos microfilmados e processos digitalizados.

*Capa de um processo de Caxias do Sul de 1977 higienizado
Foto: Memorial do TRT-RS*

¹ Em relação ao suporte, é importante destacar que, a partir do segundo semestre de 2012, iniciou a tramitação de novos processos trabalhistas em formato eletrônico no TRT da 4ª Região. A partir de agosto de 2015, todos os novos processos ajuizados passaram a ser exclusivamente eletrônicos.

Coleção de Processos Trabalhistas

Veja as informações do Centro Regional de Memória de Santa Maria e das Universidades conveniadas:

UNIVERSIDADE	UFPEL – Universidade Federal de Pelotas	UPF – Universidade de Passo Fundo	Furg – Universidade Federal de Rio Grande	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
Nº DE PROCESSOS	102.911	37.336 ² 867 ³	10.967	70.001
CORTE TEMPORAL	1935 – 1992	1989 – 2008	1989 – 1999	1939 – 2011
SETOR	NDH – Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL	AHR – Arquivo Histórico Regional	CDH – Centro de Documentação Histórica	CCDF – Coordenadoria de Controle da Direção do Foro
ENDEREÇO PARA PESQUISA	Rua Alberto Rosa, nº 154 – Pelotas/RS	Rua Paissandú, nº 1.576 – Passo Fundo/RS	Campus Carreiros da FURG – Av. Itália, km 8 – Rio Grande/RS	Alameda Montevideo, nº 233 – Santa Maria/RS
UNIDADE(S) DE ORIGEM	Varas do Trabalho ⁴ de Pelotas/RS	Varas do Trabalho de Passo Fundo/RS e Soledade/RS	Varas do Trabalho de Rio Grande/RS	Varas do Trabalho de Santa Maria/RS

² Processos de Passo Fundo/RS

³ Processos de Soledade/RS

⁴ Vara do Trabalho é a atual denominação das Juntas de Conciliação e Julgamento – JCs que vigorou até a publicação da Emenda Constitucional nº 24/1999, em 10 de dezembro de 1999.

Coleção de Processos Trabalhistas

Bagé

Procedência: Foro Trabalhista de Bagé/RS

Datas-limite: 1965 – 1975

Dimensão e suporte: Textual, 0,65 metros lineares ou cinco caixas plásticas polionda

Processos em meio papel: 63

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Em condições de acesso. Higienizados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A primeira Vara do Trabalho de Bagé/RS foi oficialmente fundada em 06.08.1965. O lote de processos inclui os primeiros processos distribuídos à 1ª Vara do Trabalho de Bagé/RS, parte expressiva movida contra a antiga Rede Ferroviária Federal S/A. Não há histórico de eliminação de autos oriundos dessa

unidade judiciária. Atualmente, a localidade conta com duas Varas do Trabalho.

Canoas

Procedência: Foro Trabalhista de Canoas/RS

Datas-limite: 1965 – 1976

Dimensão e suporte: Textual, 0,05 metros lineares ou uma caixa plástica polionda

Processos em meio papel: 05

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Em condições de acesso. Higienizados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A primeira Vara do Trabalho de Canoas/RS foi oficialmente instalada em 28.06.1965. O lote de processos inclui o primeiro processo distribuído àquele

Juízo. Houve eliminação de autos até 1984. Atualmente, a localidade conta com cinco Varas do Trabalho.

Cachoeira do Sul

Unidade de Origem: Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul/RS

Datas-limite: 1963 – 1964

Dimensão e suporte: Textual, 0,26 metros lineares ou duas caixas plásticas polionda

Processos em meio papel: 84

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Em condições de acesso. Higienizados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul/RS foi oficialmente instalada em 15.08.1963. Não há histórico de eliminação de autos oriundos da Unidade Judiciária.

Coleção de Processos Trabalhistas

Carazinho

Procedência: VT de Carazinho/RS

Datas-limite: 1980–1980

Dimensão e suporte: Textual, 0,26 metros lineares ou duas caixas plásticas polionda

Processos em meio papel: 11

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizado e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A Vara do Trabalho de Carazinho foi inaugurada em 12.11.1980. A vara possui histórico de eliminação.

Caxias do Sul

Procedência: Foro Trabalhista de Caxias do Sul/RS

Datas-limite: 1959–1985

Dimensão e suporte: Textual, 3,56 metros

lineares ou dispostos em maços.

Processos em meio papel: 1.371

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Temporariamente indisponível, em razão do processo de higienização e acondicionamento em curso.

Condições de reprodução: No momento, não há possibilidade de reprodução.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul/RS foi oficialmente instalada em 11.06.1959 e a 2ª JCJ em 17.05.1979. Houve eliminação de autos até 1980. Atualmente a localidade conta com seis Varas do Trabalho.

Guaíba

Procedência: Vara do Trabalho de Guaíba/RS

Datas-limite: 1985–2000

Dimensão e suporte: Textual, 9,88 metros lineares ou 76 caixas plásticas polionda; Digital, 2 CDs; Microfilme, 27 rolos

Processos em meio papel: 381

Processos microfilmados: 381

Processos digitalizados: 146

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados, acondicionados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos microfilmados e digitalizados podem ser reproduzidos por meio digital.

Observações: A Vara do Trabalho de Guaíba/RS foi instalada oficialmente em 28.06.1979. A coleção de processos trabalhistas de Guaíba/RS foi objeto de pesquisa sobre a indústria da celulose, o processo de terceirização e o papel da Justiça do Trabalho. Não há histórico de eliminação de autos.

Lajeado

Procedência: Foro Trabalhista de Lajeado/RS

Datas-limite: 1993–2002

Coleção de Processos Trabalhistas

Dimensão e suporte: Textual, 0,26 metros lineares ou duas caixas plásticas polionda
Processos em meio papel: 05
Processos microfilmados: Não há.
Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS teve sua instalação oficial em 30.05.1967. Houve eliminação de autos na unidade. Atualmente, a localidade conta com duas Varas do Trabalho.

Montenegro

Procedência: Vara do Trabalho de Montenegro/RS

Datas-limite: 1964 – 1986
Dimensão e suporte: Textual, 14,42 metros lineares ou 103 caixas plásticas polionda
Processos em meio papel: 5.897
Processos microfilmados: Não há.
Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados, acondicionados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A Vara do Trabalho de Montenegro/RS foi oficialmente instalada em 18.07.1967. Alguns processos do conjunto são anteriores à criação, sendo originários da Justiça Comum Estadual, onde tramitavam anteriormente. Houve eliminação de autos na unidade.

Novo Hamburgo

Procedência: Foro Trabalhista de Novo Hamburgo/RS
Datas-limite: 1959 – 1986
Dimensão e suporte: Textual, 38,61 metros lineares ou 297 caixas plásticas polionda
Processos em meio papel: 14.320
Processos microfilmados: Não há.
Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrições de acesso quanto ao período de 1959 a 1979. Acesso sob consulta prévia em relação aos autos de processos do período 1980 a 1986. Processos higienizados, acondicionados e catalogados até 1979.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Coleção de Processos Trabalhistas

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo/RS foi instalada no dia 10.06.1959 e a 2ª Vara do Trabalho, em 24.04.1979. Houve eliminação de autos nas unidades. Atualmente, a localidade conta com cinco Varas do Trabalho.

Osório

Procedência: Vara do Trabalho de Osório/RS

Datas-limite: 1980–1980

Dimensão e suporte: Textual, 0,39 metros lineares ou três caixas plásticas polionda

Processos em meio papel: 29

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia

ou digitalizados.

Observações: A Vara do Trabalho de Osório/RS foi instalada no dia 18.07.1980. Há histórico de eliminação de autos.

Passo Fundo

Procedência: Vara do Trabalho de Passo Fundo/RS

Datas limite: 1993–2008

Dimensão e suporte: Textual, 386 metros lineares

Processos em meio papel: 38.203

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados, acondicionados e catalogados. Disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, localizado na Rua Paissandú, nº 1.676, em Passo Fundo/RS, em razão de convênio firmado entre o TRT da 4ª Região e a Universidade de Passo Fundo.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo/RS foi instalada no dia 09.06.1959 e a 2ª Vara do Trabalho, em 06.11.1992. Há histórico de eliminação de autos. Atualmente, a localidade conta com quatro Varas do Trabalho e um Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Marau/RS.

Pelotas

Procedência: Foro Trabalhista de Pelotas/RS

Datas-limite: 1935–1992

Dimensão e suporte: Textual, 334 metros lineares (na UFPel), 2,47 metros lineares (no Memorial); Digital, 01 DVD

Processos em meio papel: 102.911

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: 257

Coleção de Processos Trabalhistas

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados, acondicionados e catalogados. Os processos em meio papel estão disponíveis à consulta no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, sito à Rua Alberto Rosa, nº 154 – Pelotas/RS, em razão de convênio firmado entre o TRT da 4ª Região e a Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Processos digitalizados disponíveis para consulta no Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos digitalizados podem ser reproduzidos por meio digital.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Pelotas/RS foi oficialmente instalada no dia 05.02.1946, e a 2ª Vara do Trabalho, no dia 19.03.1971. Há histórico de elimi-

-nação de autos. Atualmente, a localidade conta com quatro Varas do Trabalho.

Porto Alegre

Procedência: Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS

Datas-limite: 1935–2011

Dimensão e suporte: Textual, 6,11 metros lineares ou 49 caixas plásticas polionda; Microfilme, 352 rolos; Digital, 01 DVD, (1935–1941)

Processos em meio papel: 543

Processos microfilmados: 352 rolos de microfilme com 147.073 processos do período 1941 – 1970 de Porto Alegre/RS

Processos digitalizados: 257

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo

específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos microfilmados e digitalizados podem ser reproduzidos por meio digital.

Instalação das JCs de Porto Alegre

<i>JCJ</i>	<i>Instalação</i>
1ª e 2ª	16.05.1941
3ª	02.01.1946
4ª e 5ª	23.03.1959
6ª	27.05.1979
7ª	01.06.1965
8ª, 9ª e 10ª	22.03.1967
11ª, 12ª e 13ª	08.03.1971
14ª, 15ª	16.04.1979
16ª e 17ª	19.09.1986
18ª	08.01.1990
19ª	26.06.1990
20ª	19.03.1991
21ª a 30ª	18.03.1994

Coleção de Processos Trabalhistas

Observação: Foram microfilmados os processos do primeiro grau, oriundos das Varas do Trabalho de Porto Alegre relativos ao período de 1941 a 1970, compreendendo a 1ª e 2ª Varas do Trabalho desde 1941. Os processos oriundos da 3ª à 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS foram microfilmados desde a criação das VTs até o ano de 1969. Também foram microfilmados os processos originários do segundo grau (Tribunal) relativos ao período de 1941 a 1966. Os microfilmes estão etiquetados com indicação do primeiro e do último processo de cada filme, contendo a indicação “Vara” ou “TRT”, informando, ainda, os números dos processos que iniciam e terminam cada microfilme, e o primeiro e o último de cada ano. O número de processos microfilmados da primeira instância é de aproximadamente 147.073, número de processos ajuizados no período 1941 – 1970 em Porto Alegre/RS. Houve eliminação de autos de 1941 a 1992.

Rio Grande

Procedência: Foro Trabalhista de Rio Grande/RS

Datas-limite: 1938–1979

Dimensão e suporte: Textual, 0,91 metros lineares ou sete caixas plásticas polionda, no Memorial da Justiça do trabalho no RS, e 134,6 metros lineares na FURG

Processos em meio papel: 118 (no Memorial) e 10.967 (na FURG)

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados e acondicionados. Disponíveis para consulta no Memorial e no Centro de Documentação Histórica – Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Condições de Reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais

podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande/RS foi oficialmente instalada em 26.06.1944. Há histórico de eliminação de autos. Há processos findos de Rio Grande cedidos à Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG, num total de 10.967 processos em 136,6 metros lineares. Há histórico de eliminação de autos.

Santa Maria

Procedência: Foro Trabalhista de Santa Maria/RS

Datas-limite: 1939–1999

Dimensão e suporte: Textual, 260 metros lineares

Processos em meio papel: 770.001 em Santa Maria/RS

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Coleção de Processos Trabalhistas

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados, acondicionados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia, sem o uso de *flash*, ou digitalizados. Documentos em microfilme podem ser convertidos em formato digital.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria/RS foi oficialmente instalada em 13.06.1959 e a 2ª Vara do Trabalho, em 25.03.1993. No Centro Regional de Memória de Santa Maria, localizado no próprio Foro Trabalhista, sito à Alameda Montevideo, nº 233, estão arquivados e disponíveis para pesquisa aproximadamente 70 mil processos, ajuizados entre 1939 e 2011 naquele município. Por meio de convênio firmado entre o TRT-RS e a UFSM, esses processos recebem tratamento técnico adequado e servem de fontes de pesquisa em Santa

Maria/RS. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (55) 3222-8005 ou pelo e-mail ccdf.santamaria@trt4.jus.br. Não há histórico de eliminação de autos. Atualmente, a localidade conta com duas Varas do Trabalho.

Santana do Livramento

Procedência: Vara do Trabalho de Santana do Livramento/RS

Datas-limite: 1961- 1983

Dimensão e suporte: Textual, 6,4 metros lineares

Processos em meio papel: 2.200 (valor aproximado)

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Acesso sob consulta. Processos ainda não higienizados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo

específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A Vara do Trabalho de Santana do Livramento foi instalada em 16.06.1959. Não há histórico de eliminação de autos.

São Gabriel

Procedência: Foro Civil e Criminal de São Gabriel

Datas-limite: 1940 – 1970

Dimensão e suporte: Textual, 0,52 metros lineares ou quatro caixas plásticas polionda

Processos físicos: 152

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: 289

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo

Coleção de Processos Trabalhistas

específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: Trata-se de processos trabalhistas que tramitaram na Justiça Estadual. A Vara do Trabalho de São Gabriel só viria a ser instalada em 07.05.1993.

São Jerônimo

Procedência: Vara do Trabalho de São Jerônimo/RS

Datas-limite: 1938 – 1994

Dimensão e suporte: Textual, 1,56 metros lineares ou 12 caixas plásticas polionda; Digital, 01 DVD

Processos físicos: 300

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: 289

Condições de acesso: Acesso mediante consulta prévia. Processos higienizados e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos digitalizados podem ser reproduzidos por meio digital.

Observações: A Vara do Trabalho de São Jerônimo/RS foi oficialmente instalada em 31.07.1945. Em 1987, sofreu um incêndio que acarretou dano a seu patrimônio de processos. O conjunto documental é formado por processos envolvendo o trabalho em minas de carvão no período de 1938 a 1947. Há histórico de eliminação de autos.

São Leopoldo

Unidade de Origem: Foro Trabalhista de São Leopoldo/RS

Datas-limite: 1945 – 1970

Dimensão e suporte: Textual, 0,52 metros lineares ou quatro caixas plásticas polionda

Processos em meio papel: 52

Processos microfilmados: Não há.

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados e acondicionados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observações: A 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo/RS foi oficialmente instalada ainda como JCJ em 02.04.1946. Há histórico de eliminação de autos. Atualmente, a localidade conta com quatro Varas do Trabalho e um Posto Avançado da Justiça do Trabalho em São Sebastião do Caí/RS.

Tribunal

Unidade de Origem: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Datas limite: 1941 – 1997

Dimensão e suporte: Textual, 7,93 metros lineares ou 61 caixas plásticas polionda

Coleção de Processos Trabalhistas

Processos físicos: 383

Processos microfilmados: 2.000 (valor estimado) do período de 1941 a 1966

Processos digitalizados: Não há.

Condições de acesso: Sem restrição de acesso. Processos higienizados, acondicionados e catalogados.

Condições de reprodução: Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos em microfilme podem ser convertidos ao formato digital.

Observações: A coleção de processos originários do TRT inicia-se em 1941, quando da instalação oficial de Justiça do Trabalho. Há histórico de eliminação de autos.

Coleção de Acórdãos

<i>Procedência:</i>	TRT
<i>Datas-limite:</i>	1941– 1983
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 22,42 metros lineares
<i>Quantidade:</i>	311 livros
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrição de acesso. Higienizados, acondicionados e catalogados.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia, sem o uso de <i>flash</i> , ou digitalizados.

Os acórdãos são as decisões proferidas pelos tribunais, nos processos de sua competência originária, ou em grau de recurso. Mais precisamente, o julgamento é o ato de decidir o processo, e o acórdão é o documento escrito, composto por relatório, pela fundamentação e pelo dispositivo, onde se encontra a decisão propriamente dita.

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul detém a guarda de 311 livros de acórdãos encadernados em capa dura, os quais contêm os acórdãos proferidos no TRT da 4ª Região no período de 1941 a 1983. Cada livro possui cerca de 485 folhas e, em média, 160 decisões. Nesse período abrangido, estão ausentes dois volumes: um correspondente aos meses de janeiro a março de 1949 e outro correspondente ao mês de fevereiro de 1970.



*Lombada dos Livros de Acórdãos de 1968
Foto: Memorial do TRT-RS*

Coleção de Documentos Administrativos

<i>Procedência:</i>	TRT da 4ª Região/RS
<i>Datas-limite:</i>	1941 – 2015
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 30 metros lineares
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

1941, inserida no Livro de Atas do Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região. Também integram a Coleção diversos livros de documentos administrativos, tais como: Livros de Registro das Reclamações Distribuídas às Varas do Trabalho de Porto Alegre, Livros de Atas das Sessões do TRT, livro de Nomeação de Pessoal, Pagamento, Gratificações, entre outros.

A Coleção de Documentos Administrativos é formada por documentos de diversos setores do TRT4, desde sua criação em 1941. Esta coleção contém três séries de documentos significativos: Comunicação Social, Recursos Humanos e Contabilidade que estão descritos nos próximos itens. Além dessas séries próprias, a Coleção de Documentos Administrativos também é formada por livros de registros (161 livros), ofícios, além das fichas de controle de processos trabalhistas (ocupando 97 caixas) de 1973 – 1995 (em sua maioria da 7ª VT de Porto Alegre), divididas em duas cores: rosa e branco. As fichas brancas registravam os andamentos dos processos e as fichas rosas serviam como uma espécie de rol dos processos ajuizados contra determinada empresa e seus autores. Destaca-se, nesta coleção, a ata de instalação da Justiça do Trabalho na 4ª Região, em 1º de maio de

*Livros de Registros do TRT-RS, divididos em Atas de Nomeação, Posses, etc.
Foto: Memorial do TRT-RS*

Comunicação Social

<i>Procedência:</i>	Secretaria de Comunicação Social
<i>Datas limite:</i>	1959 – 2015
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 6,37 metros lineares ou 49 caixas plásticas polionda
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

A série de documentos administrativos da Comunicação Social é, em sua grande parte, uma coletânea de documentos relacionados a eventos do TRT4, posses, promoções, premiações e notícias referentes a acontecimentos políticos e legislativos relacionados à Justiça do Trabalho. Entre os documentos, estão desde a organização de cerimonial de eventos, listas de convidados, disposição de lugares, até os telegramas e ofícios de congratulações recebidos.

Na parte formada por jornais, são encontradas notícias relacionadas diretamente ao TRT4, a inaugurações de Varas do Trabalho e trocas de sedes, notícias sobre legislação, coletânea de notas sobre posse de juízes e desembargadores, bem como sobre as ações do TRT da 4ª Região junto a movimentos e instituições em todo o estado.

Recursos Humanos

<i>Procedência:</i>	Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT4
<i>Datas-limite:</i>	1941 – 2003
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 7,67 metros lineares ou 59 caixas plásticas poli-onda
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observação: A série é composta por documentos referentes a assuntos funcionais de servidores e juízes, tais como: substituições, nomeações, remoções, portarias de louvor, concursos, listas de antiguidades. Entre os documentos, tem-se como exemplos: documentos de concurso de juízes de 1965 e 1966; relação dos candidatos aprovados no concurso de 1967; documentos de concurso de 1969, e documentos do II Encontro de Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil ocorrido em 1967.

Contabilidade

<i>Procedência:</i>	Coordenadoria de Contabilidade do TRT4
<i>Datas-limite:</i>	1982 – 1999
<i>Dimensão e suporte:</i>	17,35 metros lineares
<i>Condições de acesso:</i>	Sem condições de acesso. Necessita de higienização e acondicionamento.
<i>Condições de reprodução:</i>	Não há.

Observação: São documentos oriundos da antes denominada Secretaria de Administração, referentes à movimentação patrimonial e financeira da Instituição, contratos firmados, etc. Contém, ainda, processos de tomadas de preços, compras, orçamentos, pagamentos, etc. Material acondicionado em maços, não tendo ainda organização sistemática. Está, portanto, atualmente indisponível para pesquisa.

Coleção SNI

<i>Procedência:</i>	Presidência do TRT-RS
<i>Datas-limite:</i>	1965 – 1973
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 0,26 metros lineares ou duas caixas plásticas polionda; digitalizados
<i>Quantidade:</i>	55 documentos
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

A Coleção SNI é composta por um conjunto de documentos do período da ditadura civil-militar brasileira desclassificados⁵, encaminhados ao Memorial pela Presidência do TRT da 4ª Região. Em geral, trata-se de expedientes originados por correspondências do Serviço Nacional de Informações (SNI) solicitando informações ao Tribunal. Os documentos foram digitalizados e estão plenamente disponíveis aos pesquisadores.

⁵ Documentos desclassificados são aqueles que sofreram algum tipo de classificação (reservado, sigiloso, secreto), mas já estão disponíveis ao público pelo vencimento do prazo de sua reserva legal.

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo TRT da 4ª Região com o Arquivo Nacional, também disponibilizou parte desses documentos no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”, que foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional, com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País.

Detalhe do cabeçalho de um ofício encaminhado à Presidência do TRT-RS pelo Serviço Nacional de Informações em 1972.

Foto: Memorial do TRT-RS

Coleção de Carteiras de Trabalho e Carteiras Profissionais

<i>Procedência:</i>	Diversos Foros Trabalhistas e doações particulares
<i>Datas-limite:</i>	1933 – 2000
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 242 documentos acondicionados em duas caixas plásticas políonda
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observação: A coleção é composta por carteiras de trabalho e documentos semelhantes que não foram retirados dos autos das reclamatórias trabalhistas pelas partes. Além de Carteiras de Trabalho e Carteiras Profissionais, compõem também esta coleção Carteiras Profissionais do Menor, Carteiras de Identidade para Estrangeiro e Carteiras IAPETC, entre outras. Alguns documentos são provenientes de doações de particulares.



Sobreposição da Coleção de Carteiras
Foto: Memorial do TPT-RS

Coleção Fotográfica⁶

<i>Procedência:</i>	Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Gestão de Pessoas e acervos particulares
<i>Datas-limite:</i>	1941 – 2005
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, negativos, digital
<i>Quantidade:</i>	8.000 (valor aproximado)
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observação: A Coleção Fotográfica é composta por aproximadamente cinco mil imagens relacionadas, sobretudo, à história do TRT4, em especial a eventos e personalidades. Este acervo, que vem se constituindo desde 1941, é proveniente do antes denominado Serviço de Imprensa e Relações Públicas. É subdividido em 6 séries:

a) Série Assessoria de Comunicação Social: Aproximadamente 4.000 imagens datadas de 1941 a 2003. Os suportes dessas imagens são negativos de gelatina e sal de prata em poliéster 35 mm, e papel fotográfico – preto e branco e colorido –, em diversos formatos, além de

retratos em quadros emoldurados, álbuns e materiais impressos, também nos mais diversos formatos.

b) Série Secretaria de Recursos Humanos: Conjunto fotográfico que retrata o II Encontro dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, ocorrido em Porto Alegre/RS de 15 a 22 de outubro de 1967. O Fundo constitui-se por aproximadamente 60 imagens em papel fotográfico preto e branco.

c) Série Maria Guilhermina Miranda: Foram doadas 40 imagens provenientes do acervo particular, doadas ao Memorial.

d) Série Alcina Tubino Surreaux: Composta por 113 imagens digitalizadas de acervo particular da magistrada.

e) Série Vania Cunha Mattos: conjunto de cerca de 100 fotos retratando aspectos da vida profissional da desembargadora, doadas ao Memorial em 2015.

f) Série AmatraIV: Acervo digital composto por aproximadamente 3.000 fotografias cedidas pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região em 2015.

*Negativos de fotos armazenados no Acervo do Memorial
Foto: Memorial do TRT-RS*

⁶ Ver também fotografias em fundos particulares.

Coleção Audiovisual

<i>Procedência:</i>	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
<i>Datas-limite:</i>	1993 – 2015
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

A Coleção Audiovisual é o conjunto de registros em vídeo e áudio de entrevistas, filmagens de eventos, notícias do Tribunal na mídia de rádio e televisão, participação de seus integrantes em entrevistas nos meios de comunicação de áudio e vídeo, entre outros. A coleção é formada por documentação proveniente da Assessoria de Comunicação Social e do Memorial da Justiça do Trabalho no RS, dividindo-se em duas séries:

- a) Audiovisuais da Comunicação Social;*
- b) Registros de Memória Oral, e*
- c) Gravações de sessões do Tribunal Pleno*

Audiovisuais da Comunicação Social

<i>Procedência:</i>	Secretaria de Comunicação Social
<i>Datas-limite:</i>	1993 – 2005 (aproximadamente)
<i>Dimensão e suporte:</i>	K7, CD/DVD, disco flexível
<i>Quantidade:</i>	83 VHS, 1 Betamax, 244 K7, 60 CD/DVDs, 6 disquetes
<i>Condições de acesso:</i>	Acesso permitido.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos de áudio e imagem podem ser reproduzidos por mídia específica.

Material da Comunicação Social contendo vídeos e áudios com entrevistas, eventos e participações em rádio e televisão. Necessita processo de catalogação e organização.

Para a reprodução de fitas K7, VHS e Betamax o usuário deverá providenciar equipamento próprio.

Registros de Memória Oral⁷

<i>Procedência:</i>	Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul
<i>Datas-limite:</i>	2003 – 2015
<i>Dimensão e suporte:</i>	111 entrevistas
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos de áudio e imagem podem ser reproduzidos por mídia específica.

Observação: Trata-se de conjunto de entrevistas realizadas pelo Memorial, procurando atingir o objetivo da criação de um repositório de memória oral do judiciário trabalhista. Já existem entrevistas realizadas com advogados, magistrados, servidores, e pessoas da comunidade. São entrevistas focadas em temas relevantes da História da Justiça do Trabalho, ou relatos de trajetória pessoal no judiciário trabalhista.

⁷ Ver também *Acervo Audiovisual em Fundo TRT*.

Gravações das Sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

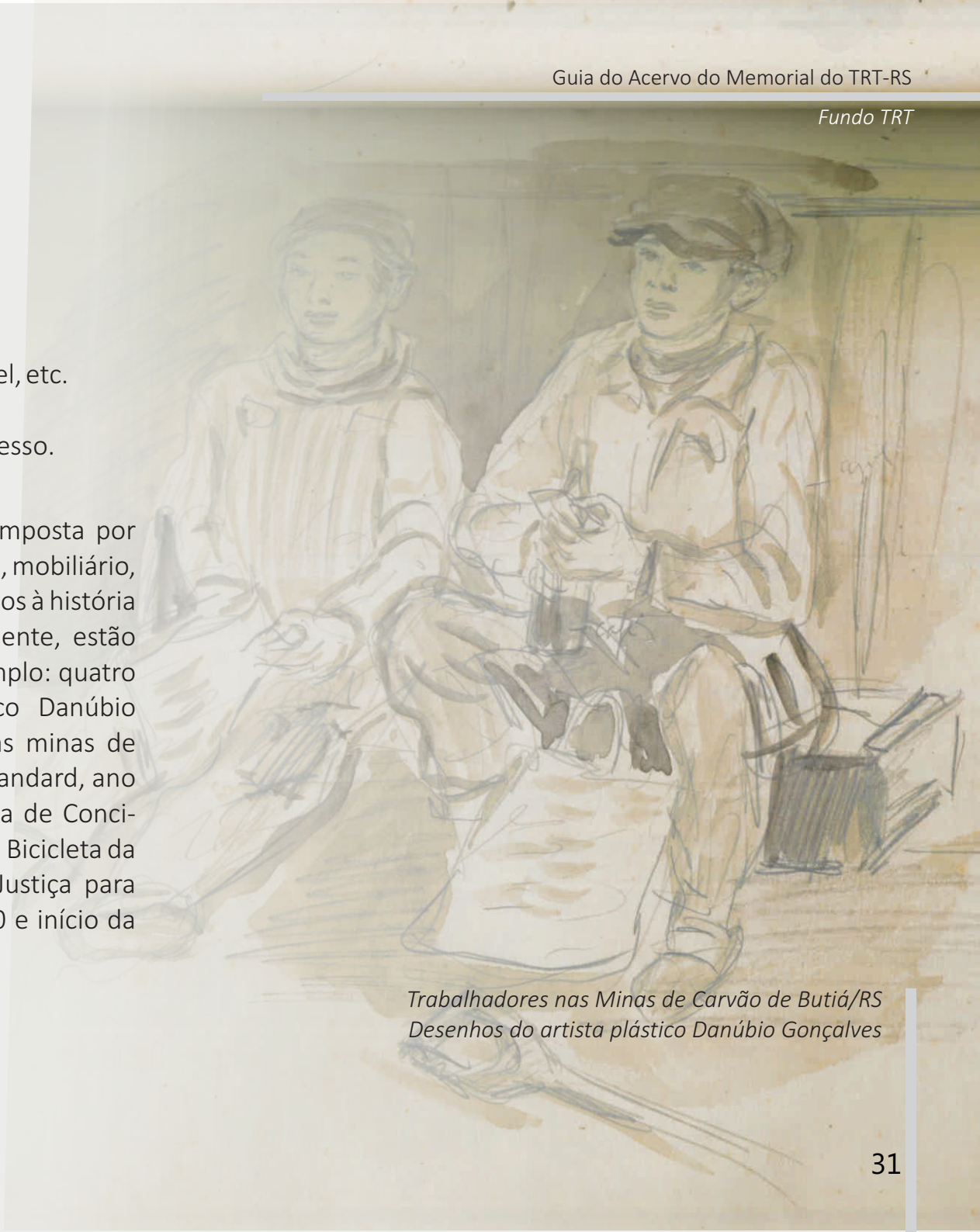
<i>Procedência:</i>	TRT da 4ª Região
<i>Datas-limite:</i>	1999 – 2007
<i>Dimensão e suporte:</i>	137 fitas K7
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados. Documentos de áudio e imagem podem ser reproduzidos por mídia específica.

Trata-se de áudios de sessões ordinárias e extraordinárias do Tribunal Pleno e do Órgão Especial do Tribunal. Para a reprodução das fitas K7, o usuário deverá providenciar equipamento próprio.

Coleção Museológica

<i>Procedência:</i>	TRT da 4ª Região/RS
<i>Datas-limite:</i>	1921 – 2013
<i>Dimensão e suporte:</i>	Metal, madeira, papel, etc.
<i>Quantidade:</i>	240 peças
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.

Observação: A Coleção Museológica do Memorial é composta por objetos, mapas, obras de arte, togas, documentos diversos, mobiliário, utensílios de trabalho, entre outros, de alguma forma ligados à história do TRT da 4ª Região e da Justiça do Trabalho. Atualmente, estão catalogados 240 itens, entre os quais, cita-se, como exemplo: quatro cadernos de desenho e aquarelas do artista plástico Danúbio Gonçalves retratando o dia a dia dos trabalhadores das minas de Butiá/RS, de 1956; máquina de escrever Royal Modelo Standard, ano 1949; Placa de identificação “Justiça do Trabalho – Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas”, adquirida em 02.01.1946; Bicicleta da marca “Odomo”, vermelha, utilizada pelos Oficiais de Justiça para cumprimento dos mandados no final da década de 1940 e início da década de 1950.



*Trabalhadores nas Minas de Carvão de Butiá/RS
Desenhos do artista plástico Danúbio Gonçalves*

Coleção Bibliográfica⁸

<i>Procedência:</i>	TRT da 4ª Região/RS
<i>Datas-limite:</i>	1876 - 1957
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, contendo 32 itens
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Observação: Trata-se de livros, periódicos, folhetos e obras raras, versando principalmente sobre Direito e Justiça do Trabalho. Entre os livros tem-se como exemplo: Livreto intitulado “Estatutos do Sindicato Beneficente dos Empregados da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense Reformados e adaptados ao Sindicato no dia 29 de junho de 1932”; livro “Prática dos Aggravos no Juízo Cível e Commercial segundo o último estado da Legislação”, de 1876, de autoria Joaquim de Oliveira Machado (depois Presidente da Província do Amazonas), de propriedade e assinado pelo Senador da República José Gomes Pinheiro Machado; e livreto intitulado “Instrução de Tiro”, de 1928, do soldado Elias Domingos Leitão.

Exemplar da Consolidação das Leis do Trabalho Trabalho Interpretada, publicado em 1956 pela editora A. Coelho Branco Filho, de autoria de Alonso Caldas Brandão. Foto: Secretaria de Comunicação Social

⁸ Ver também Fundo Biblioteca Milton Dutra.

Fundo João Antônio Guilhembarnard Pereira Leite

<i>Procedência:</i>	Doação da Família
<i>Datas-limite:</i>	1966 a 1990
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, em 1,31 metros lineares
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

Documentação do desembargador e professor universitário João Antônio Guilhembarnard Pereira Leite. Composta por livros de sentenças de 1966 a julho de 1971; materiais referentes ao *V Congresso Iberoamericano del Derecho del Trabajo de la Seguridad Social*; atas de inspeções ordinárias ocorridas de 1981 a 1982, trabalhos de conclusão de curso apresentados por alunos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e acórdãos de 1974 a 1990.

João Antônio G. Pereira Leite

Fundo Carlos Alberto Barata Silva

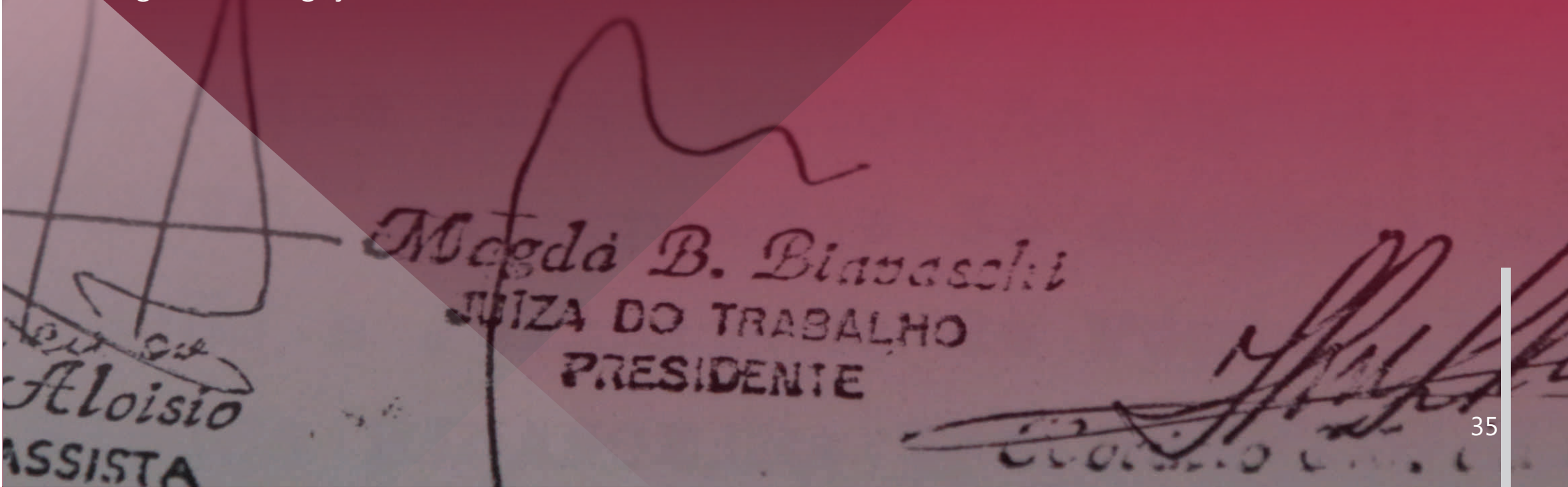
<i>Procedência:</i>	Doação da Família
<i>Datas-limite:</i>	1946 – 1956
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, fotográfico, 3,97 metros lineares
<i>Condições de acesso:</i>	Sem restrições de acesso.
<i>Condições de reprodução:</i>	Reprodução permitida mediante assinatura de termo específico. Os documentos textuais podem ser reproduzidos por fotografia ou digitalizados.

O Fundo Carlos Alberto Barata Silva é constituído por todas as sentenças proferidas pelo Ministro nas JCs de São Jerônimo/RS e São Leopoldo/RS, no período de 1946 a 1957, bem como por Atualizações Legislativas do mesmo período, em livros encadernados com capa dura. Ainda compõem o referido fundo, 24 fotografias em papel fotográfico preto e branco que documentam atividades do magistrado. Todos os documentos do fundo faziam parte do acervo particular do Ministro Carlos Alberto Barata Silva, doado por sua família ao Memorial em 26 de maio de 2009.

Fundo Magda Barros Biavaschi

<i>Procedência:</i>	Doação da Desembargadora Magda Barros Biavaschi
<i>Datas-limite:</i>	Indeterminado
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 5,07 metros lineares
<i>Condições de acesso:</i>	Sem acesso
<i>Condições de reprodução:</i>	Não há.

O Fundo Magda Barros Biavaschi é composto por arquivos pessoais, decisões judiciais, artigos de autoria da magistrada, discursos, entre outros, doados ao Memorial em 2008. A documentação necessita de triagem e catalogação.



Fundo Biblioteca Milton Dutra

<i>Procedência:</i>	Doação da Família
<i>Datas-limite:</i>	1955 – 2005
<i>Dimensão e suporte:</i>	Textual, 708 livros jurídicos
<i>Condições de Acesso:</i>	Sem restrições de acesso. Catalogados parcialmente.
<i>Condições de reprodução:</i>	Restrita, conforme a legislação de direitos autorais de publicações impressas vigente (Lei nº 9.610, de 19.02.1998)

O Fundo Biblioteca Milton Dutra é composto pela Biblioteca do Desembargador Milton Carlos Varela Dutra, doada ao Memorial após seu falecimento, ocorrido em 2012. Trata-se de livros com predominância do tema processual.

Coleção LEX de obras jurídicas
Foto: Memorial do TRT-RS

Memória do Mundo Unesco⁹

A preocupação da Justiça do Trabalho gaúcha em preservar os processos antigos foi impulsionada em 2003, com a criação do Memorial. Antes disso, muitos processos foram incinerados após decorridos cinco anos de arquivamento, pois a legislação vigente permitia o descarte. Entretanto, o Memorial conseguiu reunir os acervos dos processos que permaneceram preservados em várias cidades do Estado e, desde então, mantém o trabalho de conservação dos autos como prioridade.

Em 2013, O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco – MOW Brasil aprovou a candidatura do acervo dos “Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (1935 – 2000)” para inscrição no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco. A partir de então, o acervo de processos trabalhistas do Rio Grande do Sul tornou-se patrimônio da humanidade. A coleção nominada possui cerca de 2 milhões de processos, datados de 1935 a 2000.

Os processos posteriores a 2000 e já arquivados também estão sob os cuidados da unidade, embora não tenham sido inscritos no programa da Unesco, para o qual foi necessária uma delimitação de período. Assim, foram selecionados para a inscrição no projeto apenas os processos do século XX. A certificação chancela todos os esforços do Memorial e o apoio que as Administrações do TRT da 4ª região têm prestado ao longo dos anos para esse trabalho.



• **Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (1935 – 2000)**
 • **Inscribed on the Register in 2013**
 • **Comitê Nacional do Brasil**
 • **Memory of the World**

⁹Fonte: Secretaria de Comunicação Social, com adaptações.

Memórias Reveladas

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985) – Memórias Reveladas é um projeto que visa a estimular a preservação e a divulgação dos acervos referentes ao período da ditadura civil-militar brasileira. A operacionalização desses objetivos se dá não apenas pelas ações do Arquivo Nacional, mas também pela coordenação dos acervos de diversas entidades e de acervos particulares em um banco de dados nacional acessado por meio da internet.

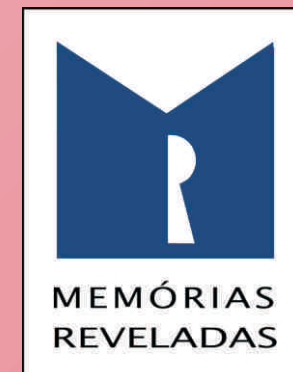
O projeto foi criado pela Casa Civil da Presidência da República e é administrado pelo Arquivo Nacional. As entidades aderentes ao projeto Memórias Reveladas alimentam o banco de dados diretamente na internet, sendo que o armazenamento das informações fica sob responsabilidade do Governo Federal. O formato utilizado está em conformidade com as normas arquivísticas da Nobrade (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), em um sistema de multiníveis que se demonstra prático à consulta por pesquisadores e interessados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região firmou parceria com o Arquivo Nacional, ficando a cargo do Memorial a inserção de dados no sistema. Até o momento, o Memorial alimentou o banco de dados com os documentos da Coleção SNI que são, em sua maioria, documentos do Serviço Nacional de Informações que requeriam do Tribunal a prestação de informações. Também foram incluídos no sistema documentos do anistiado político Carlos Renan Kurtz.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL



Publicações do Memorial

Como fruto das atividades desenvolvidas, o Memorial busca publicar o resultado de seu trabalho e, ainda, colaborar para a publicação de obras que contribuam para as discussões pertinentes ao mundo do trabalho, à legislação trabalhista e à História da Justiça do Trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul. As obras citadas a seguir estão disponíveis no Memorial para consulta. Há, em relação a algumas delas, exemplares para distribuição gratuita a pesquisadores.

BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão. São Paulo: LTR, 2007

Comissão de Documentação do TST (coord.). A História da Justiça do Trabalho no Brasil: multiplicidade de olhares. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011. 510 p.6 : il.

GOMES, Angela Maria de Castro e PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Memória da Justiça do Trabalho: Trajetória de Juízes. Porto Alegre: Alegre Poa, 2010. 299 p.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). Trabalho, justiça e direitos no Brasil: Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. 295 p.

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Processos Trabalhistas de Pelotas (1935 – 1957). Coleção Acervos, nº 2. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2011. DVD; 4 ½ pol.

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Processos Trabalhistas de São Jerônimo (1938 – 1947). Coleção Acervos, nº 1. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2011. DVD; 4 ½ pol.

Acesso a pesquisa

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul atende na Rua General João Telles, nº 369, 2º andar, de segunda a sexta-feira das 11h às 18 horas. No local, está disponível para utilização uma sala de pesquisa equipada com mesas, computadores e leitores de microfimes. O atendimento é realizado por servidores, que monitoram o acesso aos documentos solicitados.

A estrutura do Memorial conta, ainda, com uma biblioteca de apoio a pesquisa, um conjunto de obras utilizadas pela equipe de servidores, as quais também podem ser consultadas pelos pesquisadores externos. O acervo bibliográfico do Memorial conta com, aproximadamente, 740 itens, entre livros, periódicos e folhetos versando principalmente sobre Direito e Justiça do Trabalho.

AGENDE SUA PESQUISA!

As pesquisas no Memorial do TRT-RS devem ser,
preferencialmente, agendadas.
Contate-nos!

Telefone: 51 3314.2310
E-mail: memorial@trt4.jus.br

Atendimento: Segunda a sexta-feira, das 11h às 18h
Rua General João Telles, nº 369 - 2º Andar

Siglas

CRT – Conselho Regional do Trabalho
 CLT – Consolidação da Leis do Trabalho
 CNT – Conselho Nacional do Trabalho
 CD – *Compact Disc*
 DVD – *Digital Versatile Disc*
 DNT – Departamento Nacional do Trabalho
 FUNRURAL – Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural
 FURG – Universidade Federal de Rio Grande
 FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 IAPETC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos
 Empregados em Transportes e Cargas
 JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento
 K7 – Fita Cassete
 MOW – *Memory of the World*
 MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
 PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do
 Servidor
 PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador
 PIS – Programa de Integração Social
 SNI – Serviço Nacional de Informação
 TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho
 UFPel – Universidade Federal de Pelotas
 UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
 UPF – Universidade de Passo Fundo
 Unesco – Organização das Nações Unidas para a
 Educação, a Ciência e a Cultura
 VHS – *Video Home System*
 VT – Vara do Trabalho

Cronologia

Legislação Trabalhista e Justiça do Trabalho no Brasil

1890 – Legalização da greve pacífica.

1891 – Entra em vigor a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de inspiração positivista, redigida por Júlio de Castilhos. Nela, foram incorporados direitos dos trabalhadores com base no princípio da proteção e da não discriminação, diversamente do que ocorria no restante do País.

1903 – Decreto nº 979, de 06.01.1903, estabelece as regras para a sindicalização dos profissionais da agricultura e das indústrias rurais.

1905 – Entra em vigor a Lei nº 1.150, de 05.01.1905, primeira lei de proteção ao salário, beneficiando os trabalhadores agrícolas.

1907 – Decreto Legislativo nº 1.637, de 05.01.1907, regulamenta a sindicalização de todas as profissões.

1916 – Lei nº 3.071, de 1º.01.1916, o Código Civil Brasileiro, inclui normas sobre o trabalho, entre as quais o aviso prévio.

1917 – Apresentação do Projeto nº 284, de autoria do deputado Nicanor Nascimento, na Câmara dos Deputados. O projeto

visava a regular as relações de trabalho, incluindo regras sobre acidentes de trabalho, jornada de trabalho e trabalho de menores.

1918 – Instituída a Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados para examinar propostas legislativas referentes ao âmbito do trabalho.

1919 – O Congresso Brasileiro aprova o Decreto nº 3.742, de 15.01.1919, primeira lei do País sobre acidentes de trabalho. Cria-se o Departamento Nacional do Trabalho (DNT) para fiscalizar a aplicação das leis do trabalho.

1922 – Lei estadual paulista instala Tribunais Rurais com representação classista.

1923 – Lei nº 4.682, de 24.01.1923, chamada de Lei Eloy Chaves, cria a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões e institui estabilidade decenal para os trabalhadores ferroviários. O Conselho Nacional de Trabalho (CNT) passa a assessorar o governo federal em assuntos trabalhistas.

1926 – Reforma constitucional amplia o poder do Congresso

Cronologia

para legislar sobre trabalho, retirando essa competência dos estados federados, conquista positivista na Constituição de 1891.

1927 – Decreto nº 17.943-A, de 12.10.1927, proíbe o trabalho de menores de 12 anos e, em horário noturno, aos menores de 18.

1928 – CNT é reorganizado, recebendo competência para julgar processos envolvendo questões de trabalho.

1930 – Decreto nº 19.482, de 12.12.1930, conhecido como “Lei dos Dois Terços”, dispõe sobre a nacionalização do trabalho, limitando a contratação de trabalhadores estrangeiros.

1931 – Decreto nº 19.667, de 04.02.1931, cria o Departamento Nacional do Trabalho (DNT), responsável pela execução, fiscalização e cumprimento das leis trabalhistas.

Decreto nº 19.770, de 19.03.1931, elaborado por comissão composta por Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth, estabelece a organização sindical, instituindo o sindicato único por categoria profissional.

1932 – Decreto nº 21.175, de 21.03.1932, institui a Carteira do Trabalho para todos os trabalhadores com mais de 16 anos de idade na indústria e no comércio, sem distinção de sexo.

Decreto nº 21.186, de 22.03.1932, regula a jornada de trabalho em 8 horas no comércio.

Decreto nº 21.364, de 04.05.1932, define em 8 horas diárias a duração do trabalho diurno dos empregados das indústrias.

Decreto nº 21.396, de 12.05.1932, cria as Comissões Mistas de Conciliação para dirimir os dissídios coletivos, compostas por representantes de empregados e empregadores.

Decreto nº 21.417-A, de 17.05.1932, regulamenta o trabalho feminino na indústria e no comércio, atribui salário igual a trabalho de igual valor, sem distinção de sexo; proíbe trabalho insalubre ou perigoso, o trabalho da gestante quatro semanas antes e depois do parto, a despedida imotivada das trabalhadoras grávidas; e obriga os estabelecimentos com mais de 30 mulheres empregadas a ter local apropriado para guarda dos filhos em período de amamentação.

Decreto nº 21.690, de 1º.08.1932, cria as Inspetorias Regionais do MTIC, embrião das Delegacias Regionais do Trabalho.

Cronologia

Decreto nº 22.042, de 03.11.1932, estabelece condições de trabalho aos trabalhadores menores na indústria.

Decreto nº 22.132, de 25.11.1932, institui as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs), paritárias, para os dissídios individuais oriundos das questões do trabalho. Em seu artigo 11, menciona que as mulheres casadas poderão apresentar suas reclamações sem a outorga dos maridos.

1933 – Decreto nº 23.103, de 19.08.1933, assegura férias aos comerciários e bancários.

Começa a circular, em outubro de 1933, a “Revista do Trabalho”, publicação estratégica para a constituição do arcabouço jurídico-institucional trabalhista, relatando experiências de intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais em diversos países, e publicando atos normativos e a jurisprudência trabalhistas.

Decreto nº 23.322, de 03.11.1933, define jornada de trabalho de 6 horas diárias para bancários.

1934 – Decreto nº 23.768, de 18.01.1934, assegura o direito a férias para industriários.

Decreto nº 24.637, de 10.07.1934, estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Decreto nº 24.784, de 14.07.1934, aprova novo regulamento e dá nova organização para o Conselho Nacional do Trabalho.

Decreto nº 24.694, de 12.07.1934, dispõe sobre sindicatos profissionais.

Promulgada a Constituição Federal em 16.07.1934. A Carta dispõe sobre condições de trabalho na cidade e no campo com vistas à proteção social e aos interesses do país, prevendo um salário mínimo capaz de satisfazer as necessidades normais do trabalhador e a instituição da Justiça do Trabalho para dirimir questões entre empregados e empregadores.

1935 – É encaminhado à Câmara dos Deputados o projeto de organização da Justiça do Trabalho, prevista pela Constituição de 1934, elaborado por técnicos do MTIC com participação de Oliveira Vianna, consultor do Ministério.

Lei nº 62, de 05.06.1935, a “Lei da Despedida”, estende aos operários da indústria e do comércio a estabilidade decenal conquistada em 1923 pelos ferroviários.

Cronologia

1936 – Lei nº 185, de 14.01.1936, institui as Comissões de Salário Mínimo Regional encarregadas de fixá-lo, compostas por representantes dos empregadores, dos empregados e do Estado.

Lei nº 264, de 05.10.1936, regula o horário de trabalho dos empregados nos serviços públicos.

1937 – Em 10 de novembro, entra em vigor a nova Constituição Federal, que define a Justiça do Trabalho como um organismo especial, autônomo, destinado a dirimir conflitos entre empregados e empregadores regulados pela legislação social.

Decreto-Lei nº 39, de 03.12.1937, dá competência ao Juízo Cível para cumprimento das decisões da Justiça do Trabalho.

1939 – Decreto-Lei nº 1.237, de 02.05.1939, organiza a Justiça do Trabalho, definindo os seguintes órgãos: Juntas de Conciliação e Julgamento (JCs), Conselhos Regionais do Trabalho (CRTs) e o Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

Decreto-Lei nº 1.346, de 15.06.1939, define o Conselho Nacional do Trabalho como Tribunal Superior da Justiça do Trabalho.

Decreto-Lei nº 1.402, de 05.07.1939, estabelece novas regras sobre sindicalização.

1940 – Decreto-lei 2.162, de 1º.05.1940, institui o salário mínimo regional a todo trabalhador adulto, capaz de satisfazer às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Seu art. 6º prevê adicional de insalubridade de 10%, 20% e 40%, correspondente aos graus mínimo, médio e máximo.

Decreto-Lei nº 2.168, de 06.05.1940, converte as Inspetorias Regionais do Trabalho em Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs).

Decreto-Lei nº 2.337, de 08.07.1940, cria o imposto sindical.

Decreto nº 6.596, de 12.12.1940, aprova o Regulamento da Justiça do Trabalho. No art. 233, menciona que essa Justiça especializada seria instalada em 1º.05.1941, ficando extintas, naquela data, as Juntas de Conciliação e Julgamento e as Comissões Mistas de Conciliação.

1941 – Instalação oficial da Justiça do Trabalho no dia 1º de maio, ainda subordinada ao MTIC, com três instâncias: Juntas de Conciliação e Julgamento, Conselhos Regionais e Conselho Nacional do Trabalho.

Cronologia

Criação, no Rio Grande do Sul, em 1º de maio, do Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região abrangendo os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com duas JCs em Porto Alegre/RS e uma em Florianópolis/SC.

1942 – Getúlio Vargas, mediante proposta de Alexandre Marcondes Machado Filho, ministro titular do MTIC, compõe comissão formada por Rego Monteiro, Oscar Saraiva, Dorval Lacerda Marcondes, Segadas Viana e Arnaldo Süsseskind, para elaborar a Consolidação das Leis do Trabalho e da Previdência Social. Após, a comissão foi separada em duas, uma tratando da Previdência e outra que ficou responsável pela redação da CLT.

Decreto-Lei nº 4.037, de 19.01.1942, atribui natureza social aos arts. 81 do Código Comercial e 1.221 do Código Civil, buscando superar as dificuldades apresentadas sobretudo pelos juízes de Direito para considerarem esses dispositivos como integrantes da legislação social.

1943 – Decreto-Lei nº 5.452, de 1º.05.1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que entra em vigor em 10 de novembro do mesmo ano.

Mudança de endereço do Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região, antiga denominação do atual TRT4, para o largo João Amorim Albuquerque, nº 72, em Porto Alegre/RS.

1944 – Decreto-Lei nº 7.036, de 10.11.1944, reforma a lei sobre o seguro de acidentes do trabalho.

Instalação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento no interior do RS, na cidade de Rio Grande, após a criação oficial da Justiça do Trabalho em 1941.

1946 – Decreto-Lei nº 9.070, de 15.03.1946, regula de forma restritiva o direito de greve.

Decreto-Lei nº 9.797, de 09.09.1946, integra a Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário: os Conselhos Regionais do Trabalho transformam-se em Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e o Conselho Nacional do Trabalho passa a constituir o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Promulgada a nova Constituição Federal, em 18.09.1946. A Carta integra a Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário e regula o direito de greve.

Cronologia

1948 – A sede do TRT4 é transferida para a rua Capitão Montanha, nº 27, 6º andar, em Porto Alegre/RS.

1960 – Lei nº 3.807, de 26.08.1960, institui o auxílio-natalidade.

1962 – Lei nº 4.090, de 13.07.1962, cria o 13º salário.

1963 – Promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02.03.1963).

Lei nº 4.266, de 03.10.1963, institui o salário-família.

A sede do TRT4 é transferida para a Av. Júlio de Castilhos, nºs 342 e 346, em Porto Alegre/RS.

1964 – Lei nº 4.330, de 1º.06.1964, restringe direito de greve.

1965 – Lei nº 4.725, de 13.07.1965, prevê reajustes salariais controlados pelo governo, menores do que a inflação.

1966 – Lei nº 5.107, 13.09.1966, cria o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), pondo fim à estabilidade decenal.

Decreto-Lei nº 72, de 21.11.1966, cria o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), unificando os Institutos de

Aposentadoria e Pensões.

1967 – Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967, autoriza, em determinadas circunstâncias, que a Administração Pública firme contratos de prestação de serviços com empresas privadas.

Promulgada a nova Constituição da República em 15.03.1967, que reduziu para 12 anos a idade mínima legal para trabalhar, restringiu o direito de greve, suprimiu a proibição de diferença de salários por motivo de idade e nacionalidade e reservou parte das vagas destinadas à magistratura togada para ser preenchida pelo Ministério Público e pela Advocacia.

1968 – Lei nº 5.451, de 12.06.1968, introduz mudança no cálculo dos reajustes salariais fixados pela política econômica, reconhecendo que os anteriores haviam sido menores que a inflação.

1969 – Decreto-Lei nº 926, de 10.10.1969, institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, a Carteira de Trabalho do Menor e a Carteira do Trabalhador Rural.

A sede do TRT4 é transferida para a Praça Rui Barbosa, nº 57 (Edifício Protetora), em Porto Alegre/RS.

Cronologia

1970 – Lei Complementar nº 7, de 07.09.1970, cria o PIS (Programa de Integração Social), e Lei Complementar nº 8, de 03.12.1970, cria o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), prevendo a participação dos empregados nos lucros das empresas.

1971 – Lei Complementar nº 11, 25.05.1971, cria o FUNRURAL (Fundo de Assistência Rural), estendendo benefícios da Previdência Social aos trabalhadores do campo.

1973 – Lei nº 5.859, de 11.12.1972, estende benefícios previdenciários aos trabalhadores domésticos.

1974 – Lei nº 6.019/74, de 03.01.1974, a denominada “Lei do Trabalho Temporário” regulamenta as relações triangulares ou “assimétricas”, abrindo as portas à terceirização.

Lei nº 5.889, de 08.06.1973, estatui normas reguladoras do trabalho rural, regulamentadas pelo Decreto nº 73.626, de 12.02.1974.

1975 – Em decorrência da Lei nº 6.241, de 22.09.1975, o estado de Santa Catarina deixa de integrar a jurisdição da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, passando a compor a 9ª Região, instalada em 1º.09.1976, com sede em Curitiba/PR.

1976 – Lei nº 6.321, de 14.04.1976, institui o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

1978 – Início das grandes greves no ABC paulista, marcando a retomada do movimento sindical.

Decreto-Lei nº 1.632, de 04.08.1978, restringe o direito de greve.

1979 – Inaugurado o edifício das JCs de Porto Alegre/RS na Avenida Praia de Belas, nº 1.432.

1984 – Decreto nº 89.589/84, de 26.04.1984, cria o salário mínimo nacionalmente unificado.

Inauguração do prédio-sede do TRT4 na Av. Praia de Belas, nº 1.100, em Porto Alegre/RS.

1986 – Decreto-Lei nº 2.284, de 10.03.1986, institui o seguro-desemprego.

1988 – Em 5 de outubro, é Promulgada a Constituição Federal de 1988, vigente até os dias atuais, e que, na área laboral, estabelece a jornada de trabalho semanal de 44 horas, afirma o direito de greve, aumenta a licença-maternidade para 120 dias,

Cronologia

cria a licença-paternidade e a aposentadoria rural, extingue o poder de intervenção do Estado nos sindicatos e permite a organização sindical do funcionalismo público.

1997 – Inaugurados dois novos prédios da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, na Av. Praia de Belas, nº 1.432 – Prédio II, para abrigar as Varas do Trabalho que estavam provisoriamente situadas na rua Miguel Couto, e o Prédio III, destinado ao Arquivo, ao Depósito e ao Auditório do TRT4.

1998 – Sancionada a Lei nº 9.601, de 21.01.1998, que institui o trabalho temporário com duração de até dois anos e direitos trabalhistas limitados, refletindo as propostas do Consenso de Washington.

Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998, implanta a Reforma Administrativa, com retirada de direitos de funcionários públicos, em consonância com o ideário liberal de ajuste fiscal do Estado.

Medida Provisória nº 1.726, de 03.11.1998, cria a bolsa de qualificação profissional, permitindo o pagamento de benefício durante o período de desemprego de longa duração.

Lei nº 9.717, de 27.11.1998, implanta a Reforma da Previdência, com retirada de benefícios, consoante ao ideário liberal de

enfrentamento da crise econômica e de ajuste fiscal do Estado.

1999 – Emenda Constitucional nº 24, de 09.12.1999, extingue a função de Juiz Classista, alterando a denominação das Juntas de Conciliação e Julgamento para Varas do Trabalho.

2000 – Lei nº 9.957, de 12.01.2000, cria o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, visando a agilizar causas no valor de até 40 salários mínimos.

2004 – Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, dá início à Reforma do Judiciário, amplia a competência da JT, que passa a julgar não mais apenas as relações de emprego, mas também as de trabalho; e determina o fim do poder normativo, isto é, da possibilidade específica da Justiça do Trabalho de criar novas normas e condições de trabalho.



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



• **Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região**
• **Inscribed on the Register in 2013**
• **Comitê Nacional do Brasil**
• **Memory of the World**
•